



Escola de Administração  
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
- 2002 -

Auditor-Fiscal da  
Receita Federal

Tributação e  
Julgamento

P.3

**ATENÇÃO:** PARA RESPONDER A SUA PROVA NÃO LEVE EM CONSIDERAÇÃO O NÚMERO DO GABARITO APOSTO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

**INSTRUÇÕES**

Nome: \_\_\_\_\_ Nº Inscrição: \_\_\_\_\_

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30min**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Direito (Institutos de Direito Público e Privado)	01 a 30	2
Contencioso e Processo Fiscal	31 a 60	

**Boa Prova**

## DIREITO:

### Institutos de Direito Público e Privado

Nas questões 01 a 04, assinale a opção correta.

- 01- a) Para Miguel Reale o mundo ético é o mundo do dever ser, distinto do mundo do ser, onde não há deveres a cumprir, mas previsões que têm de ser confirmadas para continuarem sendo válidas.
- b) A norma ética estrutura-se como um juízo de fato, o que significa que ela estabelece uma direção a ser seguida e a medida da conduta considerada, avalorativamente, lícita ou ilícita.
- c) A norma ética, sendo um dever ser, é destituída da característica de imperatividade.
- d) Tendo por objeto decisões e atos humanos, a norma ética perde validade quando ocorre a sua violação.
- e) Toda norma ética expressa um juízo de valor, portanto, diferentemente da norma jurídica, é destituída de sanção.
- 02- a) Conforme o princípio de plenitude da ordem jurídica positiva, o ordenamento jurídico encontra, por definição, no sistema legal, as soluções para as questões que afetam as relações jurídicas.
- b) O sistema das leis ou das normas legais é fundamental na estrutura do Direito ocidental contemporâneo, sendo com ele incompatível o conceito de lacunas da lei.
- c) Para Miguel Reale a Teoria Geral do Direito e a Filosofia do Direito se confundem por ser aquela, como esta, um estudo que por inteiro se desenvolve ao nível das diversas formas de conhecimento positivo do Direito, cujos conceitos e formas lógicas ela visa a determinar de maneira global e sistemática.
- d) A analogia não se reduz a mero processo lógico-formal, inserindo-se, ao contrário, no processo axiológico ou teleológico do sistema normativo.
- e) O termo “aplicação do direito” designa a forma de realização do Direito pelo homem comum; o juiz, mesmo como membro do Poder Judiciário, aplica o Direito porque age nessa condição, isto é, como homem comum.
- 03- a) Fiel aos postulados do positivismo jurídico Stammler considera o Direito posto como um Direito “formado”, constituído por proposições jurídicas que estabelecem desde logo a decisão de casos futuros.
- b) Stammler considera o Direito “formado” em todos os tempos apenas uma parte maior ou menor do Direito no seu conjunto e afirma ser uma “inaceitável suposição” a de que toda a lacuna do Direito formado pode ser preenchida através de uma solução por analogia.
- c) Quando a lei remete a decisão do juiz para a “boa-fé”, os “bons costumes”, a sua “apreciação equitativa” ou princípios de orientação semelhantes, ele deve, segundo Stammler, extrair cogentemente, do Direito formado, as proposições jurídicas que o levem a uma decisão.
- d) Conforme as “diretrizes metódicas na operação de uma fundamental escolha”, tem o juiz, segundo Stammler, indicações suficientes, sendo-lhe vedado “descobrir por outra via uma resposta para as questões não apreendidas” pelo Direito formado.
- e) Stammler refere-se também a um Direito “não formado” que ele considera como impropriamente Direito.
- 04- a) Para a Teoria Pura do Direito o que interessa é a especificidade lógica e a autonomia metodológica da Filosofia do Direito.
- b) Kelsen opõe-se, categoricamente, à ligação da ciência do Direito com a Ética, vinculando-a à metafísica jurídica.
- c) Para Kelsen as normas da Moral são, como as do Direito, normas positivas; mas enquanto o Direito é uma ordem coativa, a Moral é uma ordem positiva sem caráter cogente.
- d) Como teoria radicalmente realista, a Teoria Pura do Direito opera mediante juízos de valor sobre o Direito positivo.
- e) Uma norma jurídica, acentua Kelsen, vale porque tem um determinado conteúdo, que a legitima em última instância, como seu pressuposto fundamental.

**Instituto de Direito Público:**

**PROCESSUAL CIVIL**

05- O processo pode ser extinto:

- a) sem julgamento de mérito, com homologação de transação celebrada entre as partes.
- b) com julgamento de mérito, quando o juiz indeferir a petição inicial fundado em decadência, ainda que o réu não tenha sido citado.
- c) com julgamento de mérito, quando o juiz acolher a arguição de perempção.
- d) com julgamento de mérito, quando o juiz acolher, de ofício, a prescrição relativa a direitos patrimoniais.
- e) com julgamento de mérito, quando o juiz acolher a arguição da existência de coisa julgada.

06- Citado o réu para apresentar resposta, caso ele se omita,

- a) o juiz decidirá tendo como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, ainda que se tratem de direitos indisponíveis.
- b) o juiz julgará procedente a pretensão do autor.
- c) havendo litisconsorte necessário unitário passivo, se outro réu contestar não haverá presunção da veracidade dos fatos com relação ao omissor.
- d) não lhe será lícito intervir no processo em face posterior.
- e) no contestar fica obstada a possibilidade de reconvir.

07- Deferida a produção de prova pericial:

- a) apresentado o laudo, o juiz está adstrito às suas conclusões.
- b) tem as partes direito a resposta de seus quesitos, sem intervenção do juiz.
- c) quando deva ser levada a cabo em comarca diversa daquela em que corre o processo, a nomeação de perito e assistentes só poderá ser feita no juízo deprecante.
- d) o perito procederá às diligências necessárias para elaboração do laudo, após a prestação de compromisso.
- e) pode a perícia consistir apenas na inquirição do perito e assistentes em audiência, quando a natureza do fato o permitir.

08- A medida cautelar fiscal

- a) indeferida com fundamento em prescrição ou decadência gera efeitos com relação à execução judicial da dívida ativa da fazenda pública a que se refere.
- b) será concedida apenas após o estabelecimento do contraditório.
- c) quando concedida, conserva a sua eficácia na pendência do processo de execução judicial da dívida ativa, não podendo ser revogada no curso daquele processo.
- d) será concedida apenas após justificação prévia e prestação de caução.
- e) concedida em procedimento preparatório perde a eficácia se a fazenda pública não propuser a execução judicial da dívida ativa no prazo de 30 dias.

09- Em se tratando de ação civil pública:

- a) julgada improcedente, descabe a condenação do autor, qualquer que seja a sua natureza, ao pagamento de honorários, custas e despesas processuais.
- b) a sentença que a julgue procedente, transitada em julgado, faz coisa julgada (*erga omnes*), mas nos limites da competência territorial do órgão prolator.
- c) julgada improcedente e transitada em julgado, qualquer que seja o fundamento, faz coisa julgada material.
- d) o Ministério Público, quando não for parte, tem atuação facultativa no processo.
- e) a sentença proferida admite recurso ao qual só se pode conferir efeito devolutivo.

## PENAL

10- Em matéria de Direito Penal, assinale a opção correta.

- a) Aplica-se a lei brasileira, com prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.
- b) Para efeitos penais, não se consideram como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras.
- c) Não se aplica a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em vôo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.
- d) Considera-se praticado o crime no lugar onde ocorreu a ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- e) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não se aplica aos fatos anteriores à ela.

11- Em relação às penas previstas no Código Penal, é possível afirmar que

- a) há uma única espécie de pena privativa de liberdade.
- b) quatro são os regimes para o cumprimento da pena privativa de liberdade.
- c) são classificadas em: privativas de liberdade, restritivas de direito, multa e medida de segurança.
- d) não se computa na pena privativa de liberdade o tempo de prisão provisória a que ficar submetido o acusado.
- e) a pena tem finalidade retributiva e de prevenção especial e geral.

12- Assinale a opção que apresenta causa de extinção de punibilidade:

- a) a simples vontade do agente de casar com a vítima nos crimes contra os costumes.
- b) o casamento da vítima com terceiros, nos crimes contra os costumes praticados com violência real e grave ameaça.
- c) o ressarcimento do dano antes de a sentença passar em julgado, no crime de peculato culposo, se o criminoso for primário; e a retratação do agente, no crime de falso testemunho ou falsa perícia.
- d) a renúncia ao direito de queixa depois de iniciada a ação e o perdão do ofendido desde que concedido depois que a sentença condenatória transite em julgado.
- e) o perdão do ofendido quando aplicado à ação penal privada subsidiária da pública.

13- Em relação ao crime de concussão, pode-se afirmar que

- a) o crime consuma-se com a simples exigência da vantagem.
- b) a ameaça para a prática do crime não é absorvida pela concussão.
- c) o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa.
- d) o crime consuma-se com a efetiva percepção da vantagem exigida.
- e) o crime é apenado com detenção.

14- Constitui crime contra a ordem econômica, previsto na Lei n.º 8.137/90:

- a) fazer propaganda, transmissão ou difusão de publicidade, em detrimento de concorrência.
- b) auxílio à constituição, funcionamento ou desenvolvimento de empresa concorrente.
- c) prestar o diretor, administrador ou gerente de empresa, à autoridade competente, informação sobre o custo de produção ou preço de venda.
- d) vender ou oferecer à venda mercadoria, ou contratar ou oferecer serviço, por preço inferior ao oficialmente tabelado, ao fixado por órgão ou entidade governamental, e ao estabelecimento em regime legal de controle.
- e) subordinar a venda de bem ou a utilização de serviço à aquisição de outro bem, ou ao uso de determinado serviço.

15- No crime de falsidade ideológica pode-se afirmar que:

- a) a falsidade material envolve o conteúdo do documento, enquanto a falsidade ideológica diz respeito à forma do documento.
- b) a falsidade ideológica, quando usada para fraudar a fiscalização ou o investidor de títulos imobiliários, configura crime contra o Sistema Financeiro Nacional, previsto no art. 9º da Lei nº 7.492/86.
- c) se admite a forma culposa.
- d) o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, precisando necessariamente ser quem redige o documento.
- e) a alteração da verdade não precisa ser juridicamente relevante ou ter potencialidade para prejudicar o direito.

#### Instituto de Direito Privado:

#### CIVIL

16- Contrato com declarações intervaladas, sob o prisma de sua formação, é aquele

- a) em que, se tratando de oblato ausente, o proponente deverá aguardar um lapso de tempo suficiente para que a oferta chegue ao destinatário, calculando-se o tempo conforme o meio de comunicação utilizado, tendo-se em vista a demora normal de entrega e retorno.
- b) em que se estabelece prazo para a espera da resposta a uma oferta feita.
- c) em que a oferta não obriga o proponente que, depois de tê-la feito, se arrepender, desde que a retratação chegue ao conhecimento do oblato antes da proposta ou ao mesmo tempo que ela.
- d) em que a proposta é obrigatória ao polícitante.
- e) em que a falta de obrigatoriedade flui da natureza do negócio.

17- Assinale a opção correta.

- a) Para a configuração do direito de retenção será preciso que haja detenção de coisa alheia, originada por uma causa anormal ou ilícita.
- b) Se houver cumprimento incompleto, defeituoso ou inexato da prestação por um dos contratantes, admite-se a *exceptio non rite adimpleti contractus*, em que o outro poderá recusar-se a cumprir a sua obrigação até que aquela prestação se complete ou melhore.
- c) A responsabilidade pelos riscos da evicção não é inerente aos contratos onerosos.
- d) A ignorância do vício redibitório pelo alienante o eximirá da responsabilidade.
- e) O pacto de retrovenda não tem eficácia direta contra terceiros.

18- Se na apólice estiver prevista a substituição da coisa segurada, fazendo-se o seguro por uma soma global, ter-se-á:

- a) apólice aberta.
- b) apólice simples.
- c) apólice nominativa.
- d) apólice ao portador.
- e) apólice flutuante.

19- A garantia locatícia – que não pode exceder ao valor de três meses de aluguel, efetuada mediante depósito em carteira de poupança autorizada pelo Poder Público pelo prazo de duração da locação, cabendo ao locatário as vantagens daí decorrentes, por ocasião do levantamento da soma respectiva – é o(a)

- a) seguro de fiança locatícia.
- b) caução fidejussória.
- c) caução real.
- d) caução em dinheiro.
- e) fiança.

20- A lanchonete “Casa do Pão de Queijo”, por produzir e vender prestações de serviços inventadas pelo franqueador, sob o prisma contratual, é uma:

- a) franquia industrial.
- b) franquia de comércio.
- c) franquia de serviço.
- d) franquia de distribuição.
- e) *lifreding*.

21- O repentino deslocamento de uma porção de terra por força natural violenta, desprendendo-se de um prédio para se juntar a outro, fazendo com que haja a aquisição da propriedade do acréscimo por parte do dono do imóvel a que se aderem essas terras, é o modo originário de aquisição de propriedade imobiliária denominado:

- a) aluvião própria.
- b) acessão artificial.
- c) aluvião imprópria.
- d) abandono de álveo.
- e) avulsão.

22- Pode ser adquirida por usucapião:

- a) a servidão não-aparente.
- b) a servidão contínua e aparente.
- c) a servidão *altius non tollendi*.
- d) a servidão negativa.
- e) a servidão descontínua e não-aparente.

23- Assinale a opção falsa.

- a) A especialização do penhor, da hipoteca e da anticrese vem a ser a pormenorizada enumeração dos elementos caracterizadores da obrigação e do bem dado em garantia.
- b) O objeto da caução de título de crédito é o próprio título em que se documenta o direito.
- c) A lei não confere hipoteca à União, sobre aeronaves, peças e equipamentos adquiridos no exterior com aval, fiança ou qualquer outra garantia do Tesouro Nacional ou de seus agentes financeiros.
- d) O usucapião de liberdade é um dos modos extintivos da hipoteca.
- e) O anticresista tem direito de reter o imóvel do devedor pelo prazo de 15 anos, se outro menor não for avençado pelas partes ou até que seu crédito seja pago.

## COMERCIAL

24- Considera-se empresária a sociedade que:

- a) assume os riscos da produção.
- b) exerce atividade econômica com a colaboração de terceiros não familiares.
- c) é titular de estabelecimento.
- d) esteja matriculada no registro de empresas.
- e) seja mercantil.

25- A emissão de ações por sociedade em comandita por ações, regida pela Lei nº 6.404/76 com as alterações posteriores, aprovada em Assembléia Geral, pauta-se por:

- a) emissão apenas de ações sem direito de voto para oferta pública.
- b) limitação das ações objeto da oferta a menos de 50% do capital social.
- c) responsabilidade ilimitada de acionistas titulares de ações votantes por obrigações da sociedade.
- d) impossibilidade de acionistas comanditados limitarem sua responsabilidade pelas obrigações sociais.
- e) inadmissibilidade do tipo de operar em bolsa.

26- As sociedades em conta de participação assemelham-se às sociedades de capital e indústria, no concernente a:

- a) permissão para que o sócio oculto e o de indústria exerçam atos de gestão quando ausentes os sócios ostensivo ou capitalista, respectivamente.
- b) contribuição do sócio oculto e do de indústria para a formação do capital.
- c) irresponsabilidade, perante terceiros, dos sócios oculto e de indústria por obrigações da sociedade.
- d) não responsabilidade dos sócios que não exercerem a gerência da sociedade perante terceiros credores.
- e) desnecessidade de arquivamento dos contratos de sociedade em qualquer registro por tratar-se de sociedades não personificadas.

27- Sociedades de pessoas caracterizam-se por ser a gerência deferida apenas aos sócios que são designados no contrato social e cuja substituição se faz apenas por retirada ou falecimento. Mas, a legislação prevê, no que se refere às sociedades por cotas:

- a) a possibilidade de nomeação de mandatários para praticarem atos de gerência.
- b) a delegação da gerência a terceiros, desde que não haja expressa vedação contratual.
- c) a não responsabilidade do delegante por atos do seu delegado na falta de proibição expressa de delegação no contrato social.
- d) a possibilidade de a maioria dos sócios aprovar a delegação, ainda que contra cláusula contratual.
- e) a hipótese de aplicação subsidiária da lei das companhias às limitadas, será ineficaz qualquer cláusula contratual que impeça a delegação da gerência pelo controlador.

28- Os fatos relacionados à falência da Enron, nos Estados Unidos da América, a que se vem dando grande publicidade, demonstram que administradores de companhias, membros de conselhos de administração ou fiscal, assim como assessores e consultores, no exercício de suas funções, devem

- a) atuar tendo em vista os interesses dos acionistas que os elegem ou indicam.
- b) declarar votos nas reuniões colegiais de forma clara.
- c) exercer os direitos de opção para compra de ações de que sejam titulares apenas quando deixarem de exercer a administração.
- d) tutelar os interesses das minorias acionárias e dos empregados da companhia.
- e) agir na qualidade de fiduciários.

29- A legislação filarentar prevê a revocação de atos praticados pelo falido antes da falência por força de

- a) fraude contra credores no período suspeito da falência.
- b) declaração de ineficácia.
- c) conluio para beneficiar um ou poucos credores durante o período de concordata preventiva da falência.
- d) pagamento de obrigações naturais antes da falência.
- e) declaração de ilegalidade

30- Na hipótese de falência de instituição financeira, aplicam-se as regras de liquidação extrajudicial, quanto à indisponibilidade de bens:

- a) ao controlador e administradores à época do ato da autoridade administrativa.
- b) a todos os administradores exercentes de cargos à época da decretação da liquidação.
- c) apenas ao controlador e aos seus parentes em linha reta.
- d) a todos e quaisquer administradores, eleitos e ocupantes de cargos nos 12 meses anteriores à decretação da liquidação.
- e) apenas aos últimos administradores antes da liquidação extrajudicial.

---

### CONTENCIOSO E PROCESSO FISCAL

31- Relativamente ao processo judicial e processo administrativo de exigência de crédito tributário, é correto afirmar que

- a) a impugnação da exigência, na esfera administrativa, não impede a fluência do prazo de prescrição para a execução do crédito tributário.
- b) a ação judicial não pode ser utilizada para questionar atos processuais administrativos.
- c) a ação judicial somente pode ser proposta depois de encerrado o processo administrativo.
- d) o depósito judicial dos valores controversos impede a Fazenda Pública de formalizar o lançamento.
- e) a propositura de ação judicial importa na desistência do processo administrativo, se possuírem o mesmo objeto e a definitividade da exigência.

- 32- Relativamente à suspeição de autoridade ou servidor e sua arguição, no processo administrativo, assinale a opção incorreta.
- a) É suspeita a autoridade que tenha amizade íntima com algum dos interessados.
  - b) É suspeita a autoridade que tenha inimizade notória com o advogado do interessado.
  - c) É suspeita a autoridade que tenha inimizade notória com a companheira do interessado.
  - d) É suspeita a autoridade que tenha inimizade notória com o cônjuge do interessado.
  - e) É suspeita a autoridade que tenha amizade íntima com qualquer parente ou afim do interessado, até o terceiro grau.
- 33- Os princípios que expressam a garantia da parte de tomar conhecimento dos atos processuais e de reagir contra esses, bem como o dever da administração pública de apreciar a legalidade dos atos de seus agentes independentemente de provocação, devendo impulsionar o processo até sua conclusão e diligenciar no sentido de reunir o conhecimento dos atos necessários ao seu deslinde, são, respectivamente:
- a) contraditório e oficialidade
  - b) ampla defesa e legalidade
  - c) contraditório e legalidade
  - d) ampla defesa e oficialidade
  - e) contraditório e verdade material
- 34- “Quando puder decidir do mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.” Esta norma, contida no art. 59, § 3º do Decreto nº 70.235/72, exprime o princípio da
- a) legalidade
  - b) oficialidade
  - c) verdade material
  - d) economia processual
  - e) ampla defesa
- 35- Indique, entre as opções abaixo, aquela que contém procedimentos em que a Fazenda Pública depende, para executá-los, de prévia autorização judicial.
- a) Destruição de bebidas e apreensão de mercadorias.
  - b) Exame de extratos bancários e exame de dados de empresa arquivados em computadores.
  - c) Escuta telefônica e apreensão de mercadorias estrangeiras guardadas em imóvel utilizado como domicílio.
  - d) Escuta telefônica e exame de extratos bancários.
  - e) Apreensão de documentos da escrita contábil e escuta telefônica.
- 36- Os atos processuais, no processo administrativo, podem ser praticados somente por
- a) maiores de 16 anos, diretamente.
  - b) maiores de 21 anos, diretamente.
  - c) intermédio de advogado devidamente inscrito na OAB.
  - d) maiores de 18 anos, diretamente.
  - e) despachantes aduaneiros, nos processos de importação de mercadorias.
- 37- Havendo, no processo administrativo, expressões injuriosas ao agente público, o procedimento apropriado é
- a) mandar riscar as expressões injuriosas.
  - b) cientificar o ofendido para que possa representar ao Ministério Público, por se tratar de crime de ação pública condicionada.
  - c) comunicar ao Ministério Público para que promova a competente ação penal.
  - d) apreciar a questão na decisão administrativa, para que não ocorra nulidade pelo cerceamento do direito de defesa.
  - e) determinar a abertura de inquérito administrativo para a apuração dos fatos.



38- Relativamente à contagem de prazos, no processo administrativo, é incorreto afirmar que

- a) o último dia para praticar o ato processual é aquele em que recai o termo final do prazo.
- b) os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.
- c) os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.
- d) uma vez iniciada a contagem, nela incluem-se os finais de semana e feriados.
- e) a contagem do prazo, cuja intimação foi feita em dia não-útil, inicia-se no primeiro dia útil subsequente.

39- Em decorrência de apuração, em auditoria fiscal, de omissão de receitas, determinado contribuinte teve contra si lavrados autos de infração para exigir o Imposto de Renda - IR, Contribuição Social sobre o Lucro - CSL, as contribuições para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e para o Programa de Integração Social – PIS e o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. Considerando que todos os autos de infração foram lavrados em razão dos mesmos fatos e decorrem dos mesmos elementos probatórios, é correto afirmar que

- a) os Autos de Infração de IR e CSL devem compor um mesmo processo, e os demais, reunidos em outro processo, devem ser julgados, em segunda instância, pelos Primeiro e Segundo Conselhos de Contribuintes, respectivamente.
- b) os Autos de Infração de IR, CSL, COFINS e PIS devem compor um mesmo processo, e o de IPI um processo separado, devendo ser julgados, em segunda instância, pelos Primeiro e Segundo Conselhos de Contribuintes, respectivamente.
- c) todos os Autos de Infração devem compor processos separados, sendo que os relativos ao IR, CSL, COFINS e PIS devem ser julgados, em segunda instância, pelo Primeiro Conselho de Contribuintes, e o relativo ao IPI, pelo Segundo Conselho de Contribuintes.
- d) todos os Autos de Infração devem compor processos separados, sendo que os relativos ao IR e CSL, devem ser julgados, em segunda instância, pelo Primeiro Conselho de Contribuintes, e os relativos ao IPI, COFINS e PIS, pelo Segundo Conselho de Contribuintes.

- e) todos os Autos de Infração devem ser reunidos em um único processo, pois decorrem dos mesmos elementos de prova e devem ser julgados, em segunda instância, pelo Primeiro Conselho de Contribuintes.

40- Indique a opção que expressa de forma correta a ordem cronológica dos atos relativos ao procedimento de cassação da imunidade de impostos federais.

- a) Instauração do procedimento fiscal; expedição de ato declaratório; apresentação de alegações contra a cassação; ciência do relatório de auditoria fiscal; lavratura de auto de infração; impugnação ao lançamento; impugnação contra a cassação da imunidade; reunião dos processos administrativos de cassação da imunidade e de exigência de crédito tributário.
- b) Instauração do procedimento fiscal; ciência do relatório de auditoria fiscal; expedição de ato declaratório; apresentação de alegações contra a cassação; impugnação contra a cassação da imunidade; lavratura de auto de infração; impugnação ao lançamento; reunião dos processos administrativos de cassação da imunidade e de exigência de crédito tributário.
- c) Instauração do procedimento fiscal; lavratura de auto de infração; impugnação ao lançamento; ciência do relatório de auditoria fiscal; apresentação de alegações contra a cassação; expedição de ato declaratório; impugnação contra a cassação da imunidade; reunião dos processos administrativos de cassação da imunidade e de exigência de crédito tributário.
- d) Instauração do procedimento fiscal; ciência do relatório de auditoria fiscal; apresentação de alegações contra a cassação; expedição de ato declaratório; impugnação contra a cassação da imunidade; lavratura de auto de infração; impugnação ao lançamento; reunião dos processos administrativos de cassação da imunidade e de exigência de crédito tributário.
- e) Instauração do procedimento fiscal; ciência do relatório de auditoria fiscal; apresentação de alegações contra a cassação; lavratura de auto de infração; impugnação ao lançamento; impugnação contra a cassação da imunidade; expedição de ato declaratório; reunião dos processos administrativos de cassação da imunidade e de exigência de crédito tributário.

41- O julgamento do processo relativo à infração de perda de mercadoria, aplicado segundo a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, é realizado em

- a) duas instâncias ordinárias e uma especial, pelas Delegacias da Receita Federal de Julgamento, Conselho de Contribuintes e Câmara Superior de Recursos Fiscais, respectivamente.
- b) instância única, pelo Delegado da Receita Federal.
- c) duas instâncias, pelo Delegado e pelo Superintendente Regional da Receita Federal.
- d) duas instâncias, pelo Delegado e pelo Secretário da Receita Federal.
- e) instância única, pelo Superintendente Regional da Receita Federal.

42- Em relação à intimação, no processo administrativo fiscal de exigência de créditos tributários, é incorreto afirmar:

- a) não existe ordem de preferência para utilização da intimação pessoal e por via postal.
- b) considera-se domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo, o do endereço postal, eletrônico ou de fax, por ele fornecido, para fins cadastrais, à Secretaria da Receita Federal.
- c) quando por via postal, telegráfica ou qualquer outro meio ou via, se omitida a data do recebimento, considera-se efetivada trinta dias após a data da expedição da intimação.
- d) o edital deve ser publicado, uma única vez, em órgão da imprensa oficial, ou afixado em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação.
- e) a intimação pessoal dá-se com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto.

43- São atribuições exclusivas do Auditor-Fiscal da Receita Federal (AFRF), e do Técnico da Receita Federal (TRF) sob supervisão daquele, respectivamente:

- a) realizar visita aduaneira a veículos procedentes do exterior e realizar a retenção e a validação lógica de arquivos magnéticos do sujeito passivo.
- b) elaborar e proferir decisões em processo administrativo – fiscal e proceder à orientação do sujeito passivo por intermédio de soluções de consultas.
- c) realizar vigilância e repressão aduaneiras e controlar o trânsito de mercadorias.
- d) executar procedimentos fiscais e efetuar apreensão de mercadorias, livros, documentos e assemelhados.
- e) constituir, mediante lançamento, o crédito tributário e proceder à conferência de livros, documentos e mercadorias do sujeito passivo nos procedimentos fiscais de revisão de declarações.

44- A Fazenda Pública lavrou contra determinado contribuinte Auto de Infração em razão de infração à legislação do Imposto de Renda, formalizando o respectivo crédito tributário. O lançamento foi devidamente impugnado no prazo legal, e a Delegacia da Receita Federal de Julgamento manteve a exigência por ocasião do julgamento em primeira instância. Esse contribuinte, por sua vez, requereu, ainda no prazo para interposição do recurso voluntário, Certidão Negativa de Débito - CND junto à repartição que jurisdiciona o seu domicílio fiscal. Nesse caso, deverá a autoridade fiscal

- a) expedir a Certidão Positiva de Débito, pois há um débito lançado e não pago pelo contribuinte.
- b) conceder Certidão Positiva de Débito com efeito de Negativa, pois o crédito ainda não é exigível.
- c) expedir Certidão Positiva com efeito de Negativa, condicionada à apresentação de recurso no prazo legal.
- d) expedir a correspondente Certidão Negativa de Débito, com validade pelo prazo restante para a apresentação do recurso.
- e) aguardar o transcurso do prazo de recurso, para conceder a Certidão Positiva ou Negativa, dependendo da apresentação, ou não, do apelo.

- 45- A manifestação de inconformidade apresentada pelo sujeito passivo, tal como definida nas normas que tratam do processo de restituição de indébito tributário, tem como objeto:
- o não provimento do recurso de ofício pela autoridade julgadora de segunda instância.
  - a revisão da decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento pelos Conselhos de Contribuintes.
  - a correção de omissões nas decisões da Delegacia da Receita Federal de Julgamento e nos acórdãos do Conselho de Contribuintes.
  - a revisão do despacho decisório do Delegado da Receita Federal pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento.
  - a discordância em relação aos cálculos contidos na decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento.
- 46- O julgamento, em segunda instância, dos processos administrativos relativos à exigência fiscal decorrente de erro na classificação fiscal de mercadoria, para efeitos de apuração do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, e de infração à legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, compete ao
- Segundo Conselho de Contribuintes, em ambos os casos.
  - Terceiro e Segundo Conselhos de Contribuintes, respectivamente.
  - Terceiro Conselho de Contribuintes, em ambos os casos.
  - Segundo e Terceiro Conselhos de Contribuintes, respectivamente.
  - Primeiro e Segundo Conselhos de Contribuintes, respectivamente.
- 47- O recurso de ofício é de interposição obrigatória nos casos em que a decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento
- exonerar crédito tributário total superior a R\$ 500.000,00 ou deixar de aplicar pena de perda de mercadoria.
  - exonerar crédito tributário total superior a R\$ 500.000,00, somente.
  - exonerar crédito tributário total superior a 500.000 UFIRs somente.
  - deixar de aplicar pena de perda de mercadoria, somente.
  - exonerar crédito tributário total superior a 500.000 UFIRs ou deixar de aplicar pena de perda de mercadoria.
- 48- Estão dispensados de efetivação do depósito de parte do crédito tributário como condição para admissibilidade do recurso voluntário, exceto:
- Órgãos da administração direta dos Estados e Municípios.
  - Fundações públicas.
  - Autarquias.
  - Órgãos da administração direta da União.
  - Empresas de economia mista.
- 49- Cabe recurso voluntário dirigido à Câmara Superior de Recursos Fiscais contra o
- Acórdão unânime, quando a decisão for contrária à lei ou à evidência de prova.
  - Acórdão que der à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Câmara dos Conselhos de Contribuintes ou a própria Câmara Superior de Recursos Fiscais.
  - Acórdão que der provimento ao recurso de ofício.
  - Despacho que negar seguimento ao recurso especial.
  - Acórdão, não unânime, que negar provimento ao recurso de ofício.

50- Assinale qual das autoridades abaixo indicadas não tem competência para expedir o Mandado de Procedimento Fiscal – MPF.

- a) Delegado da Receita Federal
- b) Coordenador-Geral do Sistema de Fiscalização
- c) Secretário da Receita Federal
- d) Coordenador-Geral de Pesquisa e Investigação
- e) Corregedor-Geral da Receita Federal

51- Assinale qual dos procedimentos abaixo indicados não exige, no âmbito da Secretaria da Receita Federal, a expedição de Mandado de Procedimento Fiscal – MPF.

- a) Substituição, inclusão ou exclusão de Auditor-Fiscal da Receita Federal responsável.
- b) Realização de diligências.
- c) Coleta de informações e documentos destinados a subsidiar procedimento de fiscalização relativo a outro sujeito passivo.
- d) Procedimento fiscal realizado no curso do despacho aduaneiro.
- e) Verificação do cumprimento das obrigações tributárias, por parte do sujeito passivo, relativas aos tributos e contribuições administrados pela SRF.

52- Deferida a Medida Cautelar Fiscal contra o devedor, indique o prazo que tem a Fazenda Pública, a partir da data em que se configurou a definitividade da decisão administrativa, para propor a ação de execução fiscal correspondente sem que cessem seus efeitos.

- a) 30 dias
- b) 60 dias
- c) 90 dias
- d) 120 dias
- e) 15 dias

53- O arrolamento de bens deve ser procedido de ofício pela autoridade fiscal sempre que a soma dos créditos tributários relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF

- a) seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 e exceda a 30% do seu patrimônio conhecido, cumulativamente.
- b) seja igual ou superior a R\$ 500.000,00 ou exceda a 30% do seu patrimônio conhecido.
- c) seja igual ou superior a R\$ 500.000,00, somente.
- d) seja superior a 30% do seu patrimônio conhecido, somente.
- e) seja superior a 30% do seu patrimônio conhecido e tenha ocorrido fraude, conluio ou simulação.

54- A admissibilidade do recurso voluntário pelos Conselhos de Contribuintes está condicionada ao

- a) depósito de, no mínimo, 30% do crédito tributário exigido no lançamento, ou, alternativamente, ao arrolamento de bens e valores que garantam 30% do referido crédito.
- b) depósito de, no mínimo, 30% do crédito tributário exigido no lançamento, ou, alternativamente, ao arrolamento de bens e valores que garantam a totalidade do referido crédito.
- c) depósito de, no mínimo, 30% do crédito tributário exigido na decisão recorrida, ou, alternativamente, ao arrolamento de bens e valores que garantam 30% do referido crédito.
- d) depósito de, no mínimo, 30% do crédito tributário exigido na decisão recorrida, ou, alternativamente, ao arrolamento de bens e valores que garantam a totalidade do referido crédito.
- e) depósito da totalidade do crédito tributário exigido na decisão recorrida, ou, alternativamente, ao arrolamento de bens e valores que garantam o mesmo valor.

55- O processo de consulta, no âmbito da Secretaria da Receita Federal, desenvolve-se

- a) em duas instâncias, sendo competentes para solucioná-lo o Superintendente Regional da Secretaria da Receita Federal e o Secretário da Receita Federal em primeira e segunda instâncias, respectivamente.
- b) em instância única, sendo competente para solucioná-lo, o Secretário da Receita Federal nos casos de consultas formuladas por órgão central da administração pública federal ou por entidade representativa de categoria econômica ou profissional de âmbito nacional.
- c) em duas instâncias, sendo competentes para solucioná-lo o Superintendente Regional da Receita Federal e a Coordenação-Geral do Sistema de Tributação em primeira e segunda instâncias, respectivamente.
- d) em instância única, sendo competentes para solucioná-lo as Coordenações-Gerais do Sistema de Tributação e do Sistema Aduaneiro, dependendo da matéria.
- e) em instância única, sendo competente para solucioná-lo, como regra geral, o Superintendente Regional da Receita Federal.

56- A mudança de orientação, relativamente à posição expressa em processo de consulta anterior,

- a) somente atinge os fatos geradores que ocorreram após a ciência ou a publicação na imprensa oficial da nova orientação.
- b) retroage seus efeitos à data de propositura do processo de consulta.
- c) por ser de caráter interpretativa, retroage seus efeitos a todos os fatos anteriores, sem limitação temporal.
- d) não se aplica aos processos de consulta já definitivamente solucionados.
- e) deve ser veiculada em ato normativo para que possa produzir efeitos.

57- Relativamente à representação penal para fins fiscais, é incorreto afirmar que

- a) os processos fiscais em que houve a representação têm andamento e serão julgados prioritariamente pelos órgãos competentes da Secretaria da Receita Federal e pelos Conselhos de Contribuintes do Ministério da Fazenda.
- b) deve ser formalizada em autos separados do processo administrativo fiscal e protocolizada na mesma data deste.
- c) somente deve ser formalizada no caso de ocorrência de crimes contra a ordem tributária.
- d) os processos fiscais em que houve representação têm prioridade de tratamento na cobrança administrativa, no encaminhamento para execução em Dívida Ativa, na efetivação da inscrição e no ajuizamento das respectivas inscrições.
- e) será encaminhada ao órgão do Ministério Público no prazo de dez dias contados da data de concessão de parcelamento.

58- É da competência das Delegacias da Receita Federal de Julgamento proferir decisão nos seguintes processos:

- a) exigência de créditos tributários, restituição e perdimento de mercadorias em razão de infração definida como dano ao erário.
- b) exigência de créditos tributários, retificação de declaração de rendimentos e restituição.
- c) concessão de regimes aduaneiros especiais, retificação de declaração de rendimentos e perdimento de mercadorias em razão de infração definida como dano ao erário.
- d) exigência de créditos tributários, ressarcimento e redução de tributos e contribuições.
- e) restituição, ressarcimento e retificação de declaração de rendimentos.

59- Contra decisão de Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais

- a) não cabe recurso, porque a decisão é definitiva na esfera administrativa.
- b) cabe recurso especial, dirigido ao Pleno daquele órgão, quando der à lei tributária interpretação divergente da que lhe tenha dado outra Turma.
- c) cabe recurso de ofício, quando determinar o cancelamento de crédito tributário superior ao limite de alçada.
- d) cabe recurso especial, dirigido ao Pleno daquele órgão, quando for contrária à lei ou à evidência da prova.
- e) cabem embargos infringentes para a Seção daquele órgão.

60- A inscrição em dívida ativa

- a) não é requisito indispensável para a execução judicial do crédito correspondente.
- b) é atividade vinculada e obrigatória.
- c) somente se aplica a créditos tributários.
- d) é realizada, no âmbito da União, pela Secretaria da Receita Federal.
- e) constitui ato de controle administrativo da legalidade.